

praticar é mais um ato de entrega, como foi entregue o patrimônio imobiliário do País — as empresas estatais. E o que resta agora é entregar o sangue e a contribuição do povo trabalhador.

Que fique aqui o exemplo de Tancredo Neves — que não era um radical, não era um sectário, quando, diante de banqueiros internacionais, disse: "Não se diz a banqueiros que nós vamos produzir contra eles prejuízos, mas eu asseguro a vocês, aqui reunidos, que a dívida do Brasil não será paga com o sangue do povo brasileiro."

Pelo visto, o Governo Fernando Henrique quer entregar-se aos compromissos internacionais dando o sangue do povo brasileiro.

Esta Casa, nos momentos mais dramáticos da história do País, jamais faltou ao povo. E neste momento esta Casa há de dizer "não" à urgência urgentíssima, em nome da autoridade do Parlamentar, da dignidade do mandato e, acima de tudo, do movimento social, que clama contra essa injustiça. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Déda.

O SR. MARCELO DÉDA (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou convencido de que o plenário da Câmara dos Deputados não é um ringue de boxe. Estou convencido de que o Sr. Presidente da República, independente das críticas que eu tenha contra ele, não é um boxeador financiado por algum empresário americano que, após sofrer quatro consecutivas derrotas, insiste em exigir uma revanche, não uma revanche contra um adversário em especial, mas contra a vontade soberana do Congresso Nacional.

Esta Casa firmou uma posição de mérito com relação à taxaço de inativos, contruiu uma avaliaço, um juízo de valor de que seria injusto proceder à taxaço e, mais que isso, considerou inconstitucional a medida. Como se explica, Sr. Presidente, que o Governo, no momento em que ele próprio diz que está em risco a sua credibilidade, como se estivesse possuído por uma obsessão, como se estivesse transtornado em busca de uma vingança e uma revanche, insista em colocar na pauta de votaço este pedido de urgência, adotando a tática de caminhar sob a navalha, porque este projeto, se aprovado, não significará nenhum ganho fiscal capaz de ocultar a perda fiscal que este Governo já teve no momento em que descarrilou o trem da economia brasileira, no momento em que revelou a inconstitucionalidade da sua política, no momento em que foi incapaz até de articular uma debandada decente para Gustavo Franco e o outro assessor do Banco Central, Sr. Cláudio Mauch?

Na verdade, Sr. Presidente, não há nenhum perigo porque o perigo já aconteceu. Não existe nenhuma operação de salvaço nacional porque Fernando Henrique já conduziu para o desastre a economia brasileira. O que existe é a mais completa e total subserviência.

A economia brasileira está desgovernada. Quem conduz a política econômica brasileira é o Fundo Monetário Internacional, e estamos submetidos a este constrangimento porque o FMI recebeu uma carta do Sr. Malan, na qual ele e sua equipe votaram por V.Exas., decidiram por V.Exas., ignoraram a posição de Deputados e Deputadas e colocaram na Carta de Intenções o compromisso de levar 4 bilhões, tirados da taxaço dos inativos.

Mas com base em quê? Na arrogância dos tecnocratas e na subserviência política de Fernando Henrique Cardoso. E quem vai pagar por isso? O Deputado Delfim Netto fez hoje uma brincadeira muito inteligente. Disse que iria mudar de opinião, porque o Fundo Monetário havia seqüestrado o Ministro Pedro Malan. Ele gostava muito de Malan, e seria preciso aprovar para eles soltarem o Malan.

Deputado Delfim Netto, com todo o respeito, considero muito o Ministro Pedro Malan, mas não aceito que o resgate desse seqüestro seja cobrado dos inativos, dos velinhos, porque hoje, muito mais do que pensões e benefícios, o dinheiro de um aposentado, mesmo de classe média, de 3 mil, 3 mil e 500 reais, virou um seguro social. É com essa aposentadoria que muitos pais e avós sustentam os filhos e netos que a política econômica de Fernando Henrique demitiu.

É preciso que saibamos disso. (Palmas.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não fora o mérito, que já é por si só perverso, nenhuma Casa Legislativa do mundo pode-se submeter a essa humilhação. Pior ainda, uma Casa Legislativa que tem uma Oposição que vem à tribuna e convoca o Governo, que diz aberta, responsável, cívica e patrioticamente: Vamos procurar juntos não apenas os 4,5 bilhões; vamos procurar juntos o futuro deste País, o qual V.Exa. largou no chão, Sr. Presidente. Vamos buscar alternativas à política econômica.

Sr. Presidente, tenho aqui um artigo, que deve ser transcrito nos Anais desta Casa, o que peço agora. Não é um manifesto de nenhum incendiário, Deputado Antônio Kandir; é de um acadêmico formado no MIT; é de um dos principais

formuladores de Harvard, templo do conservadorismo econômico. Pois está aqui, Sr. Presidente, o artigo do Sr. Jeffrey Sachs.

Diz ele, primeiro, que o histórico do FMI recente são cinco fracassos. O último, o fracasso do Brasil.

Segundo, que tudo isso poderia ser evitado pelo lado conservador, como advertia o Deputado Delfim Netto, pelo lado da esquerda, como dizia a Deputada Maria da Conceição Tavares como João Batistas da pós-modernidade clamando no deserto de Brasília para ouvidos moucos dos irresponsáveis que levaram a Pátria a esta hora angustiada.

Está aqui, Sr. Presidente.

O articulista ainda diz: "Os três engenheiros que conduziam a política economia brasileira — seu governo, o FMI e autoridades dos EUA". Isto é, a Nação de Clinton pode incluir mais outro Estado. Além do Havaí, que era o último, o Estado do Brasil.

E ele ainda diz: "Para falar em termos simples e direto, o FMI tem dado atenção demais aos interesses de Wall Street". E ele descreve toda a operação da rigidez cambial, depois, das bandas e, por fim, da flutuação.

Resumindo, ele diz: "Os banqueiros pressionaram, via FMI e Governo americano, o Brasil a manter a sua banda cambial sem mexer para que eles pudessem tirar com segurança o seu dinheiro. Depois que tiraram, que desabe o Brasil". Está aqui.

Termina, Sr. Presidente, fazendo três conclusões: primeira, que os Estados Unidos e o FMI resolveram emprestar ao Brasil a corda para o Brasil se enforcar. (Palmas.); segunda, que os empréstimos do FMI serão usados, óbvio, para pagar

os investidores estrangeiros, que estão sangrando a Nação brasileira; terceira, que agora os contribuintes brasileiros serão fortemente atingidos e os gastos sociais e outros serão reduzidos.

Câmara dos Deputados do Brasil, a Oposição convoca-a para um debate fraterno, solidário e profundo. Vamos discutir alternativas para o Brasil. Retiremos a urgência de quem quer servir ao FMI e coloquemos em pauta a urgência de quem quer salvar o Brasil. (Palmas.)

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

O desastre do trem financeiro brasileiro

JEFFREY SACHS
Especial para a Folha

O histórico do FMI se conserva perfeito: cinco grandes pacotes de socorro desde meados de 1997, cinco grandes fracassos. O último trem a descarrilar foi o do Brasil. Na semana passada a moeda brasileira desabou e as Bolsas de Valores caíram vertiginosamente. O desastre provavelmente vai prejudicar não apenas o Brasil, mas boa parte da América Latina.

Tudo isso poderia ter sido evitado. Os três engenheiros que conduziam a política econômica brasileira — seu governo, o FMI e autoridades dos EUA — foram descuidados. Enquanto o FMI, em particular, não for convocado a assumir a responsabilidade por seus erros, todo o mundo corre o risco de sofrer choques financeiros inesperados que prejudicam os padrões de vida dos países em desenvolvimento e põem em xeque a estabilidade global.

Para falar em termos simples e diretos, o FMI tem dado atenção demais aos interesses de Wall Street. Se você fosse, digamos, um banco norte-americano com investimentos no Brasil, iria querer que o país mantivesse sua taxa de câmbio até receber o retorno sobre o que investiu (depois disso, quem se importa?). Assim, você pressionaria o FMI e o Tesouro norte-americano para que exortassem o Brasil, a Rússia ou qualquer outro indefeso receptor de empréstimo do FMI a defender sua moeda. Isso lhe daria tempo para retirar seu dinheiro ainda ileso do país, antes que fossem promovidas quaisquer mudanças nos valores das moedas.

Essas políticas desastrosas estão sendo abandonadas, felizmente — mas tarde demais e a um custo demasiado alto. De fato, as Bolsas brasileiras saltaram diante da notícia de que a moeda nacional, o real, seria liberada para flutuar e que o pesadelo de uma camisa-de-força monetária seria excluído.

Mas a moeda brasileira está supervalorizada há anos, prejudicando os exportadores brasileiros e contribuindo para manter seu crescimen-

to em patamar baixo. Qual a razão disso? Em 1994, o Brasil apresentou hiperinflação e os preços estavam subindo 2.000% ao ano. O então ministro da Fazenda (e agora presidente) Fernando Henrique Cardoso impôs uma nova moeda com valor estável em relação ao dólar norte-americano —aproximadamente um real por um dólar. A inflação caiu, mas levou algum tempo para parar de vez. O Brasil começou a se recuperar, mas os custos relativos da produção continuaram a subir durante algum tempo.

No final de 1995 a inflação já havia acabado, mas os exportadores enfrentavam dificuldades. Os custos domésticos dobraram, enquanto os preços recebidos pelas exportações continuavam inalterados, já que cada US\$ 1 exportado se traduzia em aproximadamente R\$ 1 em moeda nacional.

Os mercados financeiros compreenderam o impacto de tudo isso e já previam a ocorrência de uma desvalorização. Para o Brasil defender sua moeda, era preciso manter taxas de juro punitivamente altas no país, para incentivar os investidores, tanto estrangeiros quanto nacionais, a correr o risco de conservar seu dinheiro no Brasil. Para os credores estrangeiros, essas taxas altíssimas não importavam (ou pelo menos foi isso que pensaram). Se a defesa de uma moeda dá certo por seis meses, é só isso que precisam os bancos internacionais que concederam empréstimos de 90 dias. Eles vão conseguir se safar com seu dinheiro.

O governo brasileiro, o FMI e os EUA não precisariam ter tomado esse caminho. Eles foram exortados a permitir o enraquecimento gradativo e leve do real, de acordo com as forças do mercado, com vista a restaurar a rentabilidade das exportações. Em 1996, Fernando Henrique Cardoso já era presidente, mas havia se apaixonado pela taxa de câmbio estável, embora pouco realista. Quando a crise asiática explodiu, em 1997, o FMI e os EUA acreditaram, como míopes, que a estabilidade cambial ajudaria o mundo e o Brasil. Encorajaram o presidente Cardoso a defender o real supervalorizado

por meio de medidas rígidas.

E foi exatamente isso o que ele fez. As taxas de juro foram elevadas para 50% ao ano, para incentivar os investidores ariscos a conservar seus ativos no Brasil. Os investidores não são cegos. Eles sabiam que a moeda estava sobrevalorizada. Mas, a uma taxa anual de retorno de 50%, apostaram nela, e chegaram até a esperar (com razão) que o FMI daria muito dinheiro ao Brasil para escorar sua moeda, se fosse preciso.

Durante 1998, a economia brasileira lançou-se numa queda recessiva trágica e previsível. As altas taxas de juro fizeram o déficit orçamentário subir aos céus, porque o governo brasileiro tinha grandes dívidas de curto prazo e o custo de seu financiamento era altíssimo. O déficit subiu de 4% do PNB, em 1997, para 7%, em 1998. Os investidores brasileiros e os bancos norte-americanos começaram a tirar seu dinheiro do país, forçando o Banco Central a vender seus escassos dólares para manter a sagrada estabilidade do real.

Durante o ano de 1998, teria sido preferível reduzir as taxas de juro e permitir que o real alcançasse um nível realista. Quando a Rússia declarou moratória, em agosto de 1998, e os investidores começaram a fugir dos mercados emergentes, os EUA e o FMI decidiram emprestar ao Brasil a proverbial corda com a qual o país iria se enforcar.

Em dezembro passado, diante dos aplausos do "establishment" financeiro, o FMI disse ao Brasil: "Não se preocupe com a queda de suas reservas em divisas, vamos lhe dar mais US\$ 41 bilhões em empréstimos de curto prazo para defender sua moeda". Era insidioso. Os empréstimos do FMI são, na verdade, usados para pagar os investidores estrangeiros, ou por meio de um mecanismo mais ou menos direto (como, por exemplo, no caso da Coreia, em dezembro de 1997) ou indiretamente, quando o Banco Central vende dólares no mercado externo de divisas, para defender sua moeda. Agora os contribuintes brasileiros serão fortemente atingidos e os gastos sociais e outros serão reduzi-

dos, para permitir o pagamento dos juros sobre os US\$ 41 bilhões que o FMI emprestou ao país.

Agora o Brasil abandonou a defesa de sua moeda, mas só o fez depois de colocar sua economia no caminho de uma depressão e de acumular dívidas enormes, após um ano de juros astronômicos. Ao deixar sua moeda flutuar, o Brasil ganhou um pouco de tempo para reduzir as taxas de juro e evitar a depressão. Apesar disso, é possível que muitos investidores entrem em pânico, fugindo do Brasil e do restante da América Latina. Não há nada como um fracasso altamente noticiado de uma política econômica apoiada por Washington para alimentar uma fuga generalizada da região, provocando falências de bancos, contração econômica e sofrimento generalizado, tudo isso em cascata.

É preciso acabar com a estratégia FMI/EUA de instruir os países a defender suas taxas de câmbio por meio de juros altos apoiados por empréstimos de socorro do FMI, e indicar o caminho da porta de saída ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. O Brasil já aprendeu a lição — mas pela via difícil. Outros países em desenvolvimento deveriam adotar taxas de câmbio flexíveis e juros moderados e fugir de empréstimos de socorro do FMI como o diabo da cruz.

Será preciso que, em toda a América Latina, os grandes bancos internacionais e os governos nacionais negociem um caminho responsável para avançar, um caminho no qual os governos se comportem de maneira sensata e realista, enquanto os grandes bancos reconheçam o interesse coletivo que têm em evitar as retiradas de capital movidas pelo pânico. Se os banqueiros entrarem em pânico e retirarem seus empréstimos, vão infligir prejuízos enormes a si mesmos e também às economias latino-americanas.

Jeffrey Sachs é diretor do Instituto Harvard de Desenvolvimento Internacional e professor da cadeira Gallen Stone de comércio internacional na Universidade Harvard. Já atuou como principal assessor econômico estrangeiro dos governos da Rússia, Polónia e Bolívia.

Tradução de Clara Allain

X X X

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Esclareço aos Srs. Líderes que agora teremos orientação de bancada. O Regimento, na verdade, concede um minuto neste caso, mas é evidente que teremos tolerância para tanto.

O SR. LINDBERG FARIAS (PSTU-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não vou me alongar, até porque já me referi, em discurso feito há pouco, a essa profunda crise econômica na qual o Governo Fernando Henrique Cardoso colocou o nosso País. Agora, a pergunta que faço é se é justo, no meio de toda essa crise — acho que a palavra certa não é nem crise, mas desorientação, porque o Governo mostra que, no meio dessa profunda crise, está completamente desorientado —, pergunto aos senhores: no meio de toda essa crise, de toda essa desorientação se é justo cobrarmos a conta dos servidores e dos velinhos aposentados. Será que não é hora de o Congresso, neste momento, olhar um pouco o Brasil, ver que os servidores públicos, que os aposentados, não têm mais o que dar, Sr. Presidente?

Mostro aos Srs. Deputados uma tabela que evidencia que estão praticando um confisco nos salários dos servidores e aposentados. Agora, pergunto aos senhores: os responsáveis pela crise, os especuladores, os banqueiros, perderam alguma coisa? Nada. Ganharam com a desvalorização do real, ganharam com as altas taxas de juros, e agora querem que os velinhos paguem a conta.

Sr. Presidente, quando o Ministro Pedro Malan veio explicar o ajuste fiscal, fiz uma pergunta que ele não conseguiu responder. Perguntei a ele como queria que nós, Deputados de todos os partidos, que convivemos diariamente com nossas bases, olhássemos para um aposentado que nos elegeu e disséssemos: "Nós